



CIDADE EM ACÇÃO

SOCIEDADE DE DESENVOLVIMENTO E GESTÃO DE EQUIPAMENTOS URBANOS, S.A.

Relatório de Gestão e Contas

2011

Ponta Delgada

20 De Março de 2012

Índice

I - Relatório de gestão

II - Balanço

III - Demonstração dos resultados por naturezas

IV - Demonstração das variações no capital próprio

V - Demonstração dos fluxos de caixa

VI - Anexo às demonstrações financeiras

VII - Relatório e Parecer do Fiscal Único

VIII - Certificação Legal de Contas



Relatório do Conselho de Administração

1. Caracterização do meio envolvente

As projeções do Banco de Portugal apontam para uma contração da economia portuguesa em 2011, de -1,6% do PIB e em 2012 de -3,1% do PIB, seguida de uma possível estagnação em 2013. Esta contração da atividade económica, a qual não tem precedente na economia portuguesa, traduz uma queda significativa da procura interna, tanto pública como privada, num quadro de ajustamento dos desequilíbrios macroeconómicos básicos. A forte contração da procura interna deverá ser acompanhada por um crescimento significativo das exportações, o qual será manifestamente insuficiente para compensar o impacto do ajustamento dos níveis de procura por parte dos agentes residentes, num quadro de desalavancagem do setor privado e de consolidação orçamental.

No quadro da crise da dívida soberana na área do euro, a economia portuguesa intensificou em 2011 o inadiável processo de ajustamento dos desequilíbrios macroeconómicos acumulados ao longo dos últimos anos. Estes desequilíbrios tinham-se traduzido em necessidades de financiamento externo persistentes e elevadas e, consequentemente, numa trajetória insustentável da posição de investimento internacional na economia portuguesa.

Num contexto de fortes tensões nos mercados financeiros internacionais, estes desequilíbrios constituem uma acrescida vulnerabilidade da economia portuguesa, contribuindo para a perda de acesso do setor público e, em consequência, do setor bancário – a financiamento de mercado em condições regulares. Deste modo, o Estado português solicitou no início de 2011, a assistência financeira junto do Fundo Monetário Internacional e da União Europeia. Este pedido deu lugar à formalização de um Programa de Assistência Económica e Financeira (PAEF), em que o Governo de



Portugal se comprometeu a adotar medidas de ajustamento dos desequilíbrios macroeconómicos e de carácter estrutural. Estas medidas visam assegurar condições indispensáveis ao aumento do potencial de crescimento da economia portuguesa e permitir um padrão de crescimento sustentável face ao novo quadro de funcionamento dos mercados financeiros internacionais, mas terão um inevitável efeito contracionista no curto prazo. Assim, para o período 2011-2013 espera-se uma contração sem precedentes da atividade económica e da procura interna, acompanhada de uma redução substancial do desequilíbrio externo da economia portuguesa.

Atendendo ao nível de endividamento externo atingido, basta referir que em 1995 a dívida líquida externa de Portugal era de 7% do PIB e em 2010 este indicador representava 109% do PIB, ou seja 15 vezes superior ao valor de 1995, pelo que, neste contexto, a redução da procura interna torna-se necessária para assegurar as condições de solvabilidade externa da economia portuguesa e terá com certeza uma magnitude sem precedentes. O seu impacto sobre a atividade económica dependerá em larga medida do enquadramento externo da economia portuguesa. Em 2012 espera-se um abrandamento do crescimento económico mundial, em particular na área do euro, num contexto de recrudescimento das tensões financeiras internacionais, largamente determinado pela recente intensificação da crise da dívida soberana na área do euro e pela necessidade de consolidação orçamental em diversas economias avançadas.

Ao nível interno, a atual situação está fortemente condicionada pela adoção de medidas de consolidação Orçamental no âmbito do Orçamento de Estado para 2012 (OE2012). Refira-se que o cumprimento dos objetivos orçamentais para 2011 apenas foi atingido pelo recurso significativo a medidas de carácter auto reversível. Em particular, destaque-se a transferência parcial dos fundos de pensões do setor bancário para a Segurança Social, a qual implica um aumento da despesa futura em pensões a cargo do Estado.

Adicionalmente, a prossecução óbvia do processo de desalavancagem do setor bancário e a redução dos níveis de endividamento dos agentes privados, irão constituir parte integrante do processo de ajustamento da economia portuguesa nos próximos anos, pelo que se traduzirá numa menor circulação da massa monetária, tornando-se o crédito à economia altamente seletivo, restritivo e caro.



2. - EVOLUÇÃO DA ACTIVIDADE DA EMPRESA

A CIDADE EM ACÇÃO, S.A. pessoa colectiva com o número 512.088.845, com sede na Rua Azores Parque nº 102, Pavilhão 2.1, 9500 -794 Ponta Delgada, teve o seu início de actividade em Fevereiro de 2006, tendo como objecto a concepção e construção do futuro Parque Urbano de Ponta Delgada, localizado a norte da 2ª Circular de Ponta Delgada, confinado entre o Caminho da Levada e o Caminho do Pico do Funcho.

Este projecto foi iniciado e desenvolvido no âmbito de uma Parceira Público-Privada entre a então empresa Municipal Acção PDL, E.M. e um conjunto de privados, seleccionados para tal por concurso público. Entretanto, esta parceria desfez-se, tendo a Acção PDL, E.M., adquirido a participação dos privados no capital da CIDADE EM ACÇÃO, S.A..

Na prossecução do seu objecto social, a sociedade concretizou o Parque Urbano, encontrando-se este Equipamento Colectivo já edificado na referida área, mostrando já nesta fase a sua mais-valia para o bem-estar da população local, estando já em funcionamento o Driving Range , prevê-se que o restaurante do Clube House reinicie o seu funcionamento em abril de 2012, de forma a maximizar o potencial turístico e, consequentemente, económico deste espaço de lazer.

O Parque Urbano de Ponta Delgada, desenvolve-se numa área de 20,2 hectares, o que lhe confere uma dimensão única e ímpar no panorama regional.

O Parque apresenta circuitos de manutenção e de circulação pedonal em toda a sua extensão. Existem cerca de 60 diferentes espécies arbóreas, arbustivas e herbáceas, que se traduzem na plantação de mais de 20.000 unidades no respectivo perímetro.

Desde a sua concepção, foi preocupação dominante a inserção do Parque Urbano no espaço natural da ilha e o aproveitamento dos materiais locais para a sua construção.

O projecto reflectiu a preocupação de criar algo de novo no contexto regional, com compartimentos definidos e movimentos na relação entre eles, de forma a conferir ao



Parque Urbano uma diversidade de unidades de relevo contrastantes; daí que a modelação do terreno realizada no Parque contraste com a sua pendente original, estando orientada para sul com uma inclinação na ordem dos 5 a 10%.

Ainda não foi possível em 2011 encerrar o processo de aquisição de todos os terrenos, que está pendente de alguns processos de expropriação a decorrer em tribunal.

Em 31 de dezembro de 2011, a dívida de médio e longo prazo era de 15,675 milhões de euros, tendo-se já procedido ao pagamento de 4 prestações semestrais.

- Estrutura Societária - Situação a 31 de dezembro de 2010

O capital social da empresa é de 103.319,00 €, representado por 103.319 acções de 1 Euro cada, subscrito do seguinte modo:

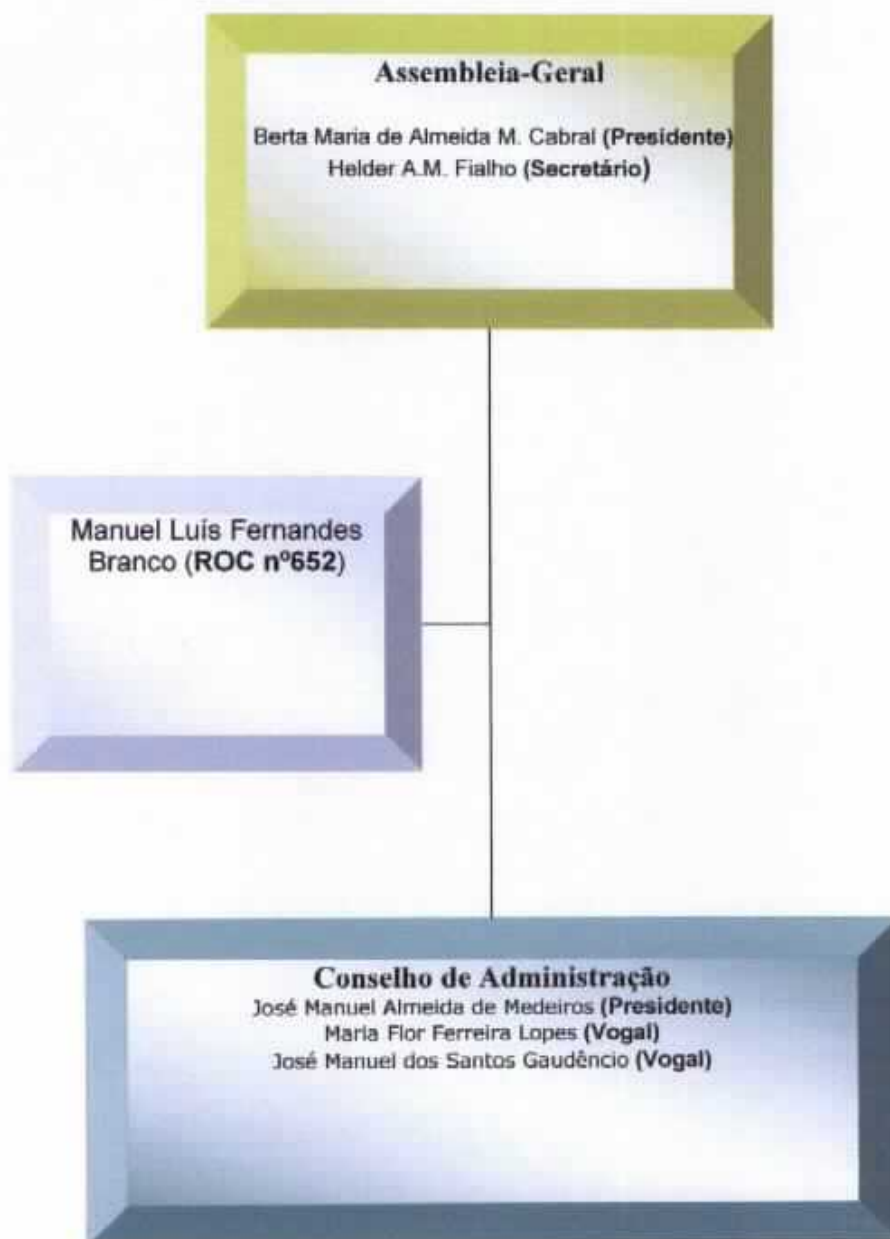
Estrutura Accionista

Entidade	Acções	Valor	Percentagem
Câmara Municipal de Ponta Delgada	103.319	103.319,00 €	100%

À data do presente relatório, todo o capital da Sociedade encontra-se realizado.



A Cidade em Acção, S.A. a 31 de dezembro de 2011 tinha a seguinte estrutura organizacional:



Ao nível de recursos humanos, a sociedade contava no seu quadro em 31 de dezembro de 2011 com 7 trabalhadores, incluindo um Director Geral que exerce, desenvolve e



implementa toda a actividade operacional da empresa, assessorado em termos de secretariado por uma técnica superior. Trata-se efectivamente de uma estrutura ligeira e minimalista em termos operacionais.

Durante o ano de 2011, foi admitido 1 funcionário (com funções de observador e jardineiro).

Assim, na área da manutenção e conservação do Parque urbano estão adstritos, 4 operacionais e um chefe de jardinagem, o que significa que para uma área de 200.000 m², um rácio de 50.000 m² para cada uma dos operacionais de jardinagem, obrigando a um alto rendimento na operacionalização de todas as operações para que o Parque Urbano se apresente nas perfeitas condições de utilização e limpeza.

O Conselho de Administração é composto por 3 elementos, o qual reúne mensalmente para acompanhar a gestão da sociedade, bem como avaliar, acompanhar e decidir sobre toda a actividade da empresa.

2 - FACTOS RELEVANTES OCORRIDOS APÓS O TERMO DO EXERCÍCIO

Após 31 de dezembro de 2011 e até á presente data, não ocorreram factos financeiros, económicos e patrimoniais relevantes que influenciassem os resultados de 2011.

3 - EVOLUÇÃO PREVISIVEL DA ACTIVIDADE

No ano de 2012, irá proceder-se á reabertura do Restaurante situado no edificio do Clube House.

Todo este processo estará concluído até finais de abril de 2012, entrando-se numa nova fase da CIDADE EM ACÇÃO S.A.

4 - BREVE ANALISE DA SITUAÇÃO ECONOMICO-FINANCEIRA DA EMPRESA



- Procedeu-se ao cálculo das Amortizações e Reintegrações às taxas máximas do Decreto Regulamentar nº25/2009, apurando-se neste exercício o valor de €130.762,18.
- O activo líquido da empresa, em 31 Dezembro de 2011, situou-se nos 16,7 milhões de euros.
- Os encargos financeiros totalizaram 547,7 mil euros, o que reflete um acréscimo de 14,88% face a 2010, justificado pelo aumento da Euribor ocorrida em 2011 face a 2010.
- Os custos de funcionamento operacionais da empresa em 2011 totalizaram 224 mil de euros.

O Imobilizado a 31 de Dezembro de 2011 totalizava os 16,621 milhões de euros.

5 - DÍVIDAS À ADMINISTRAÇÃO FISCAL E AO CENTRO REGIONAL DE SEGURANÇA SOCIAL

A empresa não tem qualquer dívida à Administração Fiscal, nem ao Centro Regional de Segurança Social, nem a quaisquer outras entidades públicas.

6 - PROPOSTA DE APLICAÇÃO DE RESULTADOS

Foi apurado no exercício findo em 31 de Dezembro de 2011 um resultado líquido de 28.712,21 euros.

É garantido no exercício de 2011 o equilíbrio das contas da sociedade nos termos definido no artigo 31º nº2 da lei 53-F/2006, de 29 de Dezembro.

É proposta pelo Conselho de Administração a aplicação dos resultados líquidos do exercício da seguinte forma:

- Resultados transitados 25.712,21 euros;
- Reservas legais 3.000,00 euros



CIDADES EM AÇÃO

SOCIEDADE DE DESENVOLVIMENTO E GESTÃO DE EQUIPAMENTOS URBANOS, S.A.

Como nota final, a Administração aproveita a oportunidade para agradecer a colaboração prestada por todos os colaboradores, clientes, fornecedores, instituições bancárias e demais entidades que com ela se relacionaram.

Ponta Delgada, 20 de Março de 2012

O Conselho de Administração

Eng. José Manuel Almeida De Medeiros

Dra. Maria Flor Ferreira Lopes

Dr. Jose Manuel dos Santos Gaudêncio

II - Balanço

BALANÇO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011 E 2010

	NOTAS	31.12.2011	31.12.2010
ACTIVO			
Activo não corrente			
Activos fixos tangíveis	7	16.621.635,99	16.633.321,78
Activos por impostos diferidos		-	-
		<u>16.621.635,99</u>	<u>16.633.321,78</u>
Activo corrente			
Inventários		-	-
Clientes	8	13.171,88	21.059,67
Adiantamentos de fornecedores		-	-
Estado e outros entes públicos	9	25.464,54	62.576,87
Accionistas		-	-
Outras contas a receber	8	-	243,02
Diferimentos	10	2.430,88	2.545,36
Caixa e depósitos bancários	4	38.293,08	20.465,86
		<u>79.360,38</u>	<u>106.890,78</u>
Total do activo		<u>16.700.996,37</u>	<u>16.740.212,56</u>
CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO			
Capital próprio			
Capital realizado	6 e 11	103.319,00	103.319,00
Outros instrumentos de capital próprio		-	-
Reservas		815,14	-
Resultados transitados		(17.858,18)	(349,60)
Excedentes de revalorização		-	-
Outras variações no capital próprio	11	687.381,43	-
		<u>773.657,39</u>	<u>102.969,40</u>
Resultado líquido do período		28.712,21	8.151,37
Total do capital próprio	11	<u>802.369,60</u>	<u>111.120,77</u>
Passivo			
Passivo não corrente			
Provisões		-	-
Financiamentos obtidos	12	15.188.571,42	15.675.715,08
Passivos por impostos diferidos	11	161.237,63	-
Outras contas a pagar		-	-
		<u>15.349.809,05</u>	<u>15.675.715,08</u>
Passivo corrente			
Fornecedores	13	1.328,06	14.699,09
Adiantamentos a clientes		-	-
Estado e outros entes públicos	9	-	3.087,54
Accionistas		-	-
Financiamentos obtidos	12	518.932,42	630.713,49
Outras contas a pagar	13	28.557,24	304.876,59
Diferimentos	10	-	-
		<u>548.817,72</u>	<u>953.376,71</u>
Total do passivo		<u>15.898.626,77</u>	<u>16.629.091,79</u>
Total do capital próprio e do passivo		<u>16.700.996,37</u>	<u>16.740.212,56</u>

O Técnico Oficial de Contas

O Conselho de Administração

III - Demonstração dos resultados

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011 E 2010

RENDIMENTOS E GASTOS	NOTAS	2011	2010
Vendas e serviços prestados		-	-
Trabalhos para a própria empresa	14	0,00	320.753,11
Subsídios à exploração	15	321.788,65	376.920,04
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas		-	-
Fornecimentos e serviços externos	16	(81.174,62)	(58.652,79)
Gastos com o pessoal	17	(135.504,90)	(142.929,50)
Ajustamentos de inventários (perdas/reversões)		-	-
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)		-	-
Provisões (aumentos/reduções)		-	-
Imparidade de investimentos não depreciables/amortizáveis (perdas/reversões)		-	-
Aumentos/reduções de justo valor		-	-
Outros rendimentos e ganhos	18	147.934,62	82.118,45
Outros gastos e perdas	19	(7.730,57)	(40.546,80)
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		245.313,18	537.662,51
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	7	(130.762,18)	(51.003,75)
Imparidade de activos depreciables/amortizáveis (perdas/reversões)		-	-
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		114.551,00	486.658,76
Juros e rendimentos similares obtidos	15 e 20	438.185,14	-
Juros e gastos similares suportados	20	(547.731,42)	(476.802,84)
Resultado antes de impostos		5.004,72	9.855,92
Imposto sobre o rendimento do período		23.707,49	(1.704,55)
Resultado líquido do período		28.712,21	8.151,37
Resultado das actividades descontinuadas (líquido de impostos) incluído no resultado líquido do período		0,00	0,00
Resultado líquido do período atribuível a:			
Detentores do capital da empresa-mãe		0,00	0,00
Interesses minoritários		0,00	0,00
Resultado por acção básico		0,28	0,08

O Técnico Oficial de Contas



O Conselho de Administração



IV - Demonstração das variações no capital próprio

Cidade em Ação, S.A.

DEMONSTRAÇÃO DAS ALTERAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO NO PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011

Descrição	Notas	Capital próprio atribuído aos detentores do capital de empresa-ente							
		Capital realizado	Prêmios de emissão	Reservas legais	Outras reservas	Resultados transferidos	Ajustamentos em ativos financeiros	Excedentes de reavaliação	Outras variações no capital próprio
A 1 de Janeiro de 2010		50.300,00	0,00	0,00	0,00	(350,00)	0,00	0,00	0,00
ALTERAÇÕES NO PERÍODO									
Primeira adoção de novo referencial contábilístico		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Alterações de políticas contábilísticas		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Aplicação dos resultados de 2009		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Excedentes de reavaliação de ativos fixos tangíveis e intangíveis e respectivas variações		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Ajustamentos por impostos diferidos		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras alterações reconhecidas no capital próprio		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RESULTADO INTEGRAL		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OPERAÇÕES COM DETENTORES DE CAPITAL NO PERÍODO									
Realizações de capital		53.319,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Distribuições		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Erros para cobertura de perdas		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras operações		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
A 31 de Dezembro de 2010		103.319,00	0,00	0,00	0,00	(349,60)	0,00	0,00	0,00
A 1 de Janeiro de 2011		103.319,00	0,00	0,00	0,00	(349,60)	0,00	0,00	0,00
ALTERAÇÕES NO PERÍODO									
Primeira adoção de novo referencial contábilístico		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Alterações de políticas contábilísticas		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Aplicação dos resultados de 2010		0,00	0,00	815,14	0,00	7.336,23	0,00	0,00	0,00
Excedentes de reavaliação de ativos fixos tangíveis e intangíveis e respectivas variações		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Ajustamentos por impostos diferidos		0,00	0,00	0,00	0,00	(24.844,81)	0,00	0,00	0,00
Outras alterações reconhecidas no capital próprio		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO		0,00	0,00	815,14	0,00	(17.508,58)	0,00	0,00	0,00
RESULTADO INTEGRAL		0,00	0,00	815,14	0,00	(17.508,58)	0,00	0,00	0,00
OPERAÇÕES COM DETENTORES DE CAPITAL NO PERÍODO									
Realizações de capital		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Distribuições		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Erros para cobertura de perdas		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras operações		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
A 31 de Dezembro de 2011		103.319,00	0,00	615,14	0,00	(17.656,16)	0,00	0,00	0,00

Handwritten signature

V - Demonstração dos fluxos de caixa

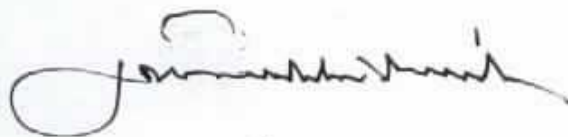
Cidade em Acção, S.A.
DEMONSTRAÇÃO DE FLUXOS DE CAIXA
PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011 E 2010

RUBRICAS	NOTAS	2011	2010
Fluxos de caixa das actividades operacionais			
Recebimentos de clientes		29.017,06	971,85
Pagamentos a fornecedores		(130.003,31)	(59.545,31)
Pagamentos ao pessoal		(142.246,49)	(100.042,39)
Caixa gerada pelas operações		(243.232,74)	(158.615,85)
(Pagamento)/recebimento do imposto sobre o rendimento		(752,45)	(779,87)
Outros recebimentos/(pagamentos)	6 e 15	373.402,60	691.301,83
Fluxos de caixa das actividades operacionais		129.417,41	531.906,11
Fluxos de caixa das actividades de investimento			
Pagamentos respeitantes a:			
Activos fixos tangíveis		(114.501,79)	(1.541.064,89)
Activos intangíveis		0,00	0,00
Investimentos financeiros		0,00	0,00
Outros activos		0,00	0,00
Recebimentos respeitantes a:			
Activos fixos tangíveis	6 e 11	979.381,24	0,00
Activos intangíveis		0,00	0,00
Investimentos financeiros		0,00	0,00
Outros activos		0,00	0,00
Subsídios ao investimento		0,00	0,00
Juros e rendimentos similares		0,00	0,00
Dividendos		0,00	0,00
Fluxos de caixa das actividades de investimento		864.879,45	(1.541.064,89)
Fluxos de caixa das actividades de financiamento			
Recebimentos respeitantes a:			
Financiamentos obtidos		55.000,00	1.244.600,00
Realizações de capital e de outros instrumentos de capital		0,00	0,00
Cobertura de prejuízos		0,00	0,00
Doações	6 e 20	438.185,14	0,00
Outras operações de financiamento	6	389.176,00	0,00
Pagamentos respeitantes a:			
Financiamentos obtidos	12	(684.713,00)	(193.571,43)
Juros e gastos similares	12	(784.941,78)	(238.476,87)
Dividendos		0,00	0,00
Reduções de capital e de outros instrumentos de capital		0,00	0,00
Outras operações de financiamento	6	(389.176,00)	0,00
Fluxos de caixa das actividades de financiamento		(976.469,64)	812.551,70
Variação de caixa e seus equivalentes		17.827,22	(196.607,08)
Efeito de fusão	1	0,00	16.673,94
Caixa e seus equivalentes no início do período		20.465,86	200.399,00
Caixa e seus equivalentes no fim do período	4	38.293,08	20.465,86

O Técnico Oficial de Contas



O Conselho de Administração




VI - Anexo às demonstrações financeiras



Anexo às demonstrações financeiras exercício de 2011 e 2010

1. Introdução

A **CIDADE EM ACÇÃO – Sociedade de Desenvolvimento e Gestão de Equipamentos Urbanos, S.A.**, adiante designada **CIDADE EM ACÇÃO**, tem por objecto social a promoção e desenvolvimento urbanístico e imobiliário de equipamentos urbanos, na prestação de serviços de planeamento, arquitectura, engenharia, e gestão, bem como a prestação de outros serviços conexos e necessários ao desenvolvimento dos equipamentos urbanos.

A **CIDADE EM ACÇÃO** rege-se pelo seu Estatuto, pelas normas reguladoras das sociedades anónimas e também por disposições previstas para o sector empresarial municipal, nomeadamente pela lei 53-F/2006 de 29 de Dezembro e pelo código da contratação pública.

A **CIDADE EM ACÇÃO**, como proprietária plena dos terrenos onde está edificado o Parque Urbano e as respectivas infra-estruturas complementares, manterá a sua administração e exploração nos termos e condições de viabilidade económica e financeira que se considerarem mais consentâneas com a natureza pública deste empreendimento, assumindo o accionista Câmara Municipal de Ponta Delgada o pagamento de uma quantia variável anual de acordo com as necessidades de financiamento dos fluxos financeiros operacionais, de investimento e de financiamento anuais e que garantam a manutenção do seu equilíbrio operacional anual.

A **CIDADE EM ACÇÃO** foi constituída em 16 de Dezembro de 2005, com um capital social de 50.000 euros, então detido pela empresa municipal **ACÇÃO PDL – Empresa Municipal de Urbanização, Requalificação Urbana e Ambiental e Habitação Social, E.M.**, sociedade que era detida exclusivamente pela Câmara Municipal de Ponta Delgada que entretanto foi incorporada através de uma fusão com a consequente transferência do património, observando-se os valores contabilísticos apurados em 31 de Agosto de 2010. Os activos e passivos que foram integrados na esfera patrimonial da **CIDADE EM ACÇÃO** à data da fusão deram uma origem a uma diferença de 53.319 euros que foi incorporada no capital social da **CIDADE EM ACÇÃO**, capital social que ficou integralmente na posse da Câmara Municipal de Ponta Delgada, que era também a detentora da totalidade do capital social da sociedade incorporada que se extinguiu naquele processo de fusão.

2. Referencial contabilístico de preparação das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas no quadro do novo modelo de normalização contabilística designado por Sistema de Normalização Contabilística (SNC) em vigor para o exercício iniciado em 1 de Janeiro de 2010 e baseadas na estrutura conceptual, normas contabilísticas e de relato financeiro (NCRF) e normas



interpretativas (NI) que fazem parte integrante do SNC. Sempre que o SNC não responda a aspectos particulares de transacções ou situações, que se coloquem em matéria de contabilização ou de relato financeiro, recorrer-se-á supletivamente, em primeiro lugar, às normas internacionais de contabilidade (NIC), adoptadas ao abrigo do Regulamento (CE) n.º 1606/2002, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 19 de Julho e, depois, às normas internacionais de contabilidade (IAS) e normas internacionais de relato financeiro (IFRS), emitidas pelo IASB, e respectivas interpretações SIC-IFRIC.

Como explicado na nota introdutória, ocorreu um processo de fusão de incorporação por extinção da empresa municipal ACÇÃO PDL – Empresa Municipal de Urbanização, Requalificação Urbana e Ambiental e Habitação Social, E.M., com a consequente transferência do património, observando-se os valores contabilísticos apurados em 31 de Agosto de 2010, cujo efeito não é materialmente significativo na comparabilidade das demonstrações financeiras dos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2011 e 2010.

3. Principais políticas contabilísticas

As principais políticas contabilísticas aplicadas na elaboração destas demonstrações financeiras estão descritas abaixo. Estas políticas têm sido consistentemente aplicadas todos os anos, salvo indicação em contrário.

(a) Bases de apresentação

As demonstrações financeiras foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações e de acordo com as NCRF em vigor à data da sua elaboração. As demonstrações financeiras e respectivas notas deste anexo são apresentadas em euros, salvo indicação explícita em contrário. As transacções em moedas diferentes do euro são convertidas utilizando as taxas de câmbio à data das transacções. Os ganhos ou perdas cambiais efectivas e as resultantes da conversão pela taxa de câmbio à data do relato são reconhecidos na demonstração dos resultados.

(b) Activos fixos tangíveis

Os activos fixos tangíveis são inicialmente registados ao custo de aquisição, deduzido de depreciações e eventuais de perdas por imparidade acumuladas, quando aplicável. Os custos de financiamentos obtidos e dos encargos de estrutura directamente relacionados com a construção e desenvolvimento de activos fixos tangíveis são considerados como parte integrante do custo desses activos até data da sua conclusão.

As depreciações são calculadas, após o momento em que o bem se encontra em condições de ser utilizado, de acordo com o método de quotas constantes e em conformidade com o período de vida útil estimado que se indica abaixo que são objecto de revisão anual, sendo o efeito de alguma alteração a estas estimativas reconhecido prospectivamente na demonstração dos resultados:



	Anos
Edifícios e outras construções	100
Equipamento básico	4 a 8
Equipamento administrativo	4 a 8

Os dispêndios subsequentes com a manutenção e reparação dos activos fixos tangíveis que não são susceptíveis de gerar benefícios económicos futuros são registadas como gastos no período em que são incorridos.

O ganho ou a perda decorrente da alienação ou abate de activos fixos tangíveis, determinada como a diferença entre os proventos líquidos da alienação, se os houver, e a quantia escriturada, é reconhecido em resultados no momento da sua ocorrência.

(c) Imparidade de activos fixos tangíveis

As quantias escrituradas dos activos fixos tangíveis são periodicamente revistas para se determinar eventuais imparidades em relação a quantia recuperável dos respectivos activos.

A quantia recuperável do activo consiste no maior de entre preço de venda líquido e o valor de uso, sendo este determinado com base no valor actual dos fluxos de caixa futuros estimados.

Sempre que a quantia recuperável for inferior à quantia escriturada é reconhecida uma perda por imparidade registada de imediato na demonstração dos resultados. A reversão de perdas por imparidade determinadas em anos anteriores é registada na demonstração dos resultados até ao limite da quantia que estaria reconhecida (líquida de amortizações), caso a perda não tivesse sido registada.

(d) Activos e passivos financeiros

Os activos e os passivos financeiros são reconhecidos nas demonstrações financeiras quando a Empresa se torna parte das correspondentes disposições contratuais e estão mensurados ao custo deduzido de eventuais perdas de imparidade acumuladas, quando as houver.

(e) Imparidade de activos financeiros

As quantias escrituradas dos activos financeiros são sujeitas anualmente a testes de imparidade para determinar se existe evidência objectiva de que os seus fluxos de caixa futuros estimados desses activos serão, ou não, afectados.



As perdas por imparidade são registadas em resultados no período em que são determinadas e subsequentemente serão também revertidas por resultados, caso essa diminuição possa ser objectivamente relacionada com situações que tiveram lugar após o seu reconhecimento.

(f) Outras contas a pagar

As outras contas a pagar são inicialmente reconhecidas ao justo valor e são subsequentemente apresentadas ao custo amortizado, utilizando o método da taxa efectiva.

As outras contas a pagar são classificadas no passivo corrente, excepto se a liquidação for diferida, pelo menos, 12 meses após o Balanço.

(g) Financiamentos obtidos

Os financiamentos obtidos são inicialmente reconhecidos ao justo valor e são subsequentemente apresentados ao custo.

Os financiamentos obtidos são classificados no passivo corrente, excepto se a liquidação for diferida, pelo menos, 12 meses após a data de relato.

(h) Desreconhecimento de activos e passivos financeiros

A CIDADE EM ACÇÃO desreconhece activos financeiros apenas quando os direitos contratuais aos seus fluxos de caixa expiram ou quando transfere para outra parte todos os riscos e benefícios significativos relacionados. São desreconhecidos também os activos financeiros transferidos com o respectivo controlo cedido, mesmo alguns riscos e benefícios significativos tenham sido retidos nessa transferência.

A CIDADE EM ACÇÃO desreconhece passivos financeiros quando obrigação contratualmente estabelecida seja liquidada, cancelada ou expire.

(i) Subsídios governamentais e outros

Os subsídios governamentais são reconhecidos quando existe uma certeza razoável que na Empresa irá cumprir com as condições associadas à sua atribuição. Os subsídios que compensam despesas incorridas são reconhecidos na demonstração dos resultados numa base sistemática, no mesmo período em que as despesas são reconhecidas e os que compensam a aquisição de um activo são reconhecidos na demonstração dos resultados numa base sistemática de acordo com a vida útil estimada.



(j) Caixa e equivalentes a caixa

Correspondem aos valores em caixa, depósitos à ordem e a prazo e outras aplicações de tesouraria a curto prazo que sejam prontamente convertíveis para quantias conhecidas de dinheiro e que estejam sujeitos a um risco insignificante de alterações de valor.

(k) Capital social

O capital social apresentado corresponde ao capital social subscrito e realizado à data do relato.

(l) Imposto sobre o rendimento

Os impostos correntes e os impostos diferidos são registados em resultados ou em capitais próprios quando associados a transacções registadas directamente no capital próprio.

Os impostos correntes correspondem ao valor a pagar baseado no lucro tributável do exercício e os impostos diferidos referem-se às diferenças temporárias entre os montantes dos activos e passivos para efeitos de reporte contabilístico e os respectivos montantes para efeitos de tributação, bem como os resultados de benefícios fiscais obtidos.

São reconhecidos activos por impostos diferidos para as diferenças temporárias dedutíveis, quando existem expectativas razoáveis de lucros fiscais futuros suficientes para os utilizar. Em cada data de relato é efectuada uma reapreciação das diferenças temporárias subjacentes aos activos por impostos diferidos, no sentido de os reconhecer ou ajustar em função da expectativa actual da recuperação futura.

São geralmente reconhecidos passivos por impostos diferidos para todas as diferenças temporárias tributáveis.

(m) Provisões

As provisões são reconhecidas quando (i) existir uma obrigação presente, legal ou construtiva resultante dum acontecimento passado, (ii) seja provável que a sua liquidação da obrigação venha a ser exigida e (iii) possa estimar fiavelmente o montante da obrigação. As provisões são periodicamente revistas e ajustadas para reflectirem a melhor estimativa.

Os activos e passivos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, sendo divulgados sempre que a possibilidade da sua existência seja provável e não seja remota.

**(n) Rédito**

O rédito no âmbito do campo de actuação de natureza pública que compreende a administração e exploração do Parque Urbano e as respectivas infra-estruturas complementares é assegurado por receitas próprias e pelo Município através pagamento de uma quantia variável anual baseada nas necessidades mínimas de financiamento dos fluxos financeiros operacionais, de investimento e de financiamento, assumindo, assumindo a natureza de compensação dos gastos não directamente suportados pelos seus utilizadores. O rédito não previsto anualmente no orçamento municipal somente é reconhecido quando for provável que sejam recuperáveis os gastos reconhecidos.

(o) Especialização de custos e proveitos

As despesas e receitas são registadas de acordo com o princípio da especialização de exercícios. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e as correspondentes receitas e despesas geradas são registadas nas rubricas de Outras contas a pagar e a receber e diferimentos.

(p) Principais estimativas e julgamentos na aplicação das políticas contabilísticas

As principais estimativas contabilísticas e julgamentos na aplicação das políticas contabilísticas foram baseados no melhor conhecimento dos eventos e das transacções existente à data de aprovação das demonstrações financeira e tendo em consideração que em muitas situações existem alternativas ao tratamento contabilístico adoptado. As alterações às estimativas que ocorram posteriormente à data das demonstrações financeiras serão corrigidas de forma prospectiva.

(q) Acontecimentos subsequentes

Os acontecimentos que ocorram após a data do balanço que proporcionem prova de condições que existiam nessa data dão lugar a ajustamentos nas demonstrações financeiras e aqueles que sejam indicativos de condições que surgiram após essa data não dão lugar a ajustamentos, mas serão divulgados nas demonstrações financeiras se forem considerados materialmente significativos.

4. Fluxos de caixa

Em 31 de Dezembro de 2011 e 2010, tinha a seguinte composição:

	2011	2010
Numerário	200	-
Depósitos bancários imediatamente mobilizáveis	38.093	20.466
	<u>38.293</u>	<u>20.466</u>



CIDADE EM ACÇÃO

SOCIEDADE DE DESENVOLVIMENTO E GESTÃO DE EQUIPAMENTOS URBANOS, S.A.

5. Políticas contabilísticas, alterações nas estimativas e erros

Durante o ano de 2011, não ocorreram alterações de políticas contabilísticas, face às consideradas na preparação da informação financeira relativa ao exercício de 2010, apresentada para efeitos comparativos, nem foram registados erros materiais relativos a exercícios anteriores.

6. Partes relacionadas

O capital social da CIDADE EM ACÇÃO é de 103.319 euros, representado por 103.319 acções ordinárias com valor nominal de um euro, cada uma, e encontra-se integralmente subscrito e realizado em numerário.

As acções representativas do capital social subscrito e realizado são assim detidas pela Câmara Municipal de Ponta Delgada, na sequência do processo de fusão descrito na nota introdutória do anexo.

Em conformidade com a natureza pública da actividade exercida pela CIDADE EM ACÇÃO na administração e exploração do Parque Urbano, o Município de PONTA DELGADA disponibiliza anualmente do orçamento municipal fundos que se destinaram às seguintes actividades:

	Notas	2011	2010
Actividades de investimento	11	979.381	-
Actividades de exploração	15	321.789	376.920
Actividades de financiamento	20	438.185	-
		<u>1.739.355</u>	<u>376.920</u>

Os meios financeiros anuais relativos aos compromissos assumidos com a construção e gestão do parque de estacionamento da Avenida Infante D. Henrique cedido a um parceiro privado em regime de direito de superfície pelo prazo de trinta anos foram igualmente disponibilizados pelo Município no montante de 389.176 euros. Em 31 de Dezembro de 2011, os compromissos financeiros assumidos a este respeito são de 14.136.251 euros, sendo de capital 6.965.385,00 euros e restante de juros e impostos durante 55 prestações semestrais, vencendo-se a última prestação em 2039.

7. Activos fixos tangíveis

O movimento ocorrido durante o ano nos activos fixos tangíveis, bem como o saldo dos Investimentos em curso em 31 de Dezembro de 2011 e 2010, compreendem:

O movimento do ano dos activos fixos tangíveis em curso tem a seguinte composição:

**CIDADE EM ACÇÃO**

SOCIEDADE DE DESENVOLVIMENTO E GESTÃO DE EQUIPAMENTOS URBANOS, S.A.

31 de Dezembro de 2010

	Saldo em 01-01-2010	Aquisições / Dotações	Transferências / Abates	Saldo em 31-12-2010
Custo:				
Terrenos e recursos naturais	-	-	4.850.500	4.850.500
Edifícios e outras construções	-	-	11.265.706	11.265.706
Equipamento básico	29.265	81.844	-	111.108
Equipamento administrativo	4.215	318	-	4.533
Investimentos em curso	15.513.007	1.099.306	(16.157.151)	455.161
	<u>15.546.487</u>	<u>1.181.468</u>	<u>-</u>	<u>16.687.010</u>
Depreciações acumuladas				
Edifícios e outras construções	-	37.177	-	37.177
Equipamento básico	458	12.921	-	13.379
Equipamento administrativo	2.226	906	-	3.132
	<u>2.684</u>	<u>51.004</u>	<u>-</u>	<u>53.688</u>
Valor líquido	<u>15.543.803</u>			<u>16.633.322</u>

31 de Dezembro de 2011

	Saldo em 01-01-2011	Aquisições / Dotações	Transferências / Abates	Saldo em 31-12-2011
Custo:				
Terrenos e recursos naturais	4.850.500			4.850.500
Edifícios e outras construções	11.265.706	32.953	-	11.298.659
Equipamento básico	111.108	21.555	-	132.664
Equipamento administrativo	4.533	650	-	5.183
Equipamento administrativo	-	3.129	-	3.129
Investimentos em curso	455.161	158.464	(39.388)	515.951
	<u>16.687.009</u>	<u>515.951</u>	<u>(39.388)</u>	<u>16.806.085</u>
Depreciações acumuladas				
Edifícios e outras construções	37.177	112.713	-	149.890
Equipamento básico	13.378	17.120	-	30.498
Equipamento administrativo	3.132	721	-	3.853
Outros activos fixos tangíveis	-	209	-	209
	<u>53.687</u>	<u>130.762</u>	<u>-</u>	<u>184.449</u>
Valor líquido	<u>16.633.322</u>			<u>16.621.636</u>

Os gastos relacionados com o Parque urbano foram transferidos para exploração reportados a 1 de Setembro de 2010, data considerada como de arranque da sua actividade.

Os terrenos já liquidados e ainda não registados em nome da CIDADE EM ACÇÃO, no montante de 484.161 euros serão mantidos em activos em curso enquanto não estiver garantida a transferência da sua propriedade. Nesta



rubrica, estão também considerados 31.390 euros relacionados com equipamento de cozinha adquirido nas condições descritas na Nota 12.

8. Clientes e outras contas a receber

Em 31 de Dezembro de 2011 e 2010, o saldo de clientes e outras contas a receber resume-se como segue:

	2011	2010
Clientes		
Outros	13.172	21.060
Perdas por imparidade acumuladas	-	-
	<u>13.172</u>	<u>21.060</u>
Outras contas a receber		
Fornecedores (saldo devedor)	-	243
Processo judicial	20.082	20.082
Perdas por imparidade acumuladas	(20.082)	(20.082)
	<u>-</u>	<u>243</u>

9. Estado e outros entes públicos

Em 31 de Dezembro de 2011 e 2010 as rubricas de Estado e outros entes públicos apresentavam a seguinte composição:

	2011		2010	
	Activo	Passivo	Activo	Passivo
Imposto sobre o rendimento				
Pagamentos por conta	2.045	-	-	-
Estimativa de IRC a pagar	(1.137)	-	-	98
Imposto sobre o rendimento de pessoas singulares				
Trabalho dependente	-	-	-	969
Imposto sobre o valor acrescentado				
IVA - a recuperar	24.557	-	62.577	-
Contribuições para a segurança social				
	<u>25.465</u>	<u>-</u>	<u>62.577</u>	<u>3.088</u>

A CIDADE EM ACÇÃO está sujeita ao Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Colectivas (IRC). Em conformidade com a legislação em vigor na Região Autónoma dos Açores a taxa reduzida a aplicar para determinação do IRC é de 17,5%. Como estabelecido na Lei das Finanças Locais, a CIDADE EM ACÇÃO está também sujeita à derrama fixada pelo município até ao montante máximo de 1,5% do lucro tributável sujeito e não isento de IRC.

De acordo com a legislação em vigor, as declarações fiscais estão sujeitas a revisão e correcção por parte da administração fiscal durante um período de 4 anos e 5 anos no que respeita à segurança social, excepto quando tenham ocorrido prejuízos fiscais, tenham sido concedidos benefícios fiscais, ou estejam em curso inspecções



fiscais, reclamações ou impugnações, caso estes em que, dependendo das circunstâncias, os prazos são alargados ou suspensos.

O Impostos sobre o rendimento compreende a estimativa de IRC a pagar de 1.137 euros e de 1.705 euros em 31 de Dezembro de 2011 e 2010 e o reconhecimento em 2011 de 24.845 euros de impostos diferidos (Nota 11).

A Administração entende que as correcções resultantes de revisões/inspecções por parte das autoridades fiscais às declarações de impostos não terão um efeito significativo nas demonstrações financeiras em 31 de Dezembro de 2011 e 2010.

10. Diferimentos

Em 31 de Dezembro de 2011 e 2010, o saldo desta rubrica compreende:

	2011		2010	
	Activo	Passivo	Activo	Passivo
Seguros liquidados	2.431	-	2.545	-
	<u>2.431</u>	<u>-</u>	<u>2.545</u>	<u>-</u>

11. Capital realizado e reservas

O capital social da CIDADE EM ACÇÃO é de 103.319 euros, representado por 103.319 acções ordinárias com valor nominal de um euro, cada uma, e encontra-se integralmente subscrito e realizado em numerário.

As acções representativas do capital social subscrito e realizado são assim detidas pela Câmara Municipal de Ponta Delgada.

Em 26 de Março de 2011, foram aprovadas em Assembleia Geral as contas relativas ao exercício de 2010, sendo o resultado líquido apurado de 8.151 euros, que foram mantidos em Resultados transitado, deduzido de uma transferência para Reservas legais de 815 euros.

O âmbito de actuação de natureza pública prestada pela CIDADE EM ACÇÃO na administração e exploração do Parque Urbano e as respectivas infra-estruturas complementares é assegurado pelo Município de Ponta Delgada que canaliza, numa base anual e variável, os fundos necessários para a cobertura dos fluxos financeiros operacionais e de financiamento, assegurando também que os excedentes financeiros oriundos do orçamento municipal não necessários para a manutenção a estabilidade do equilíbrio mínimo operacional e financeiro, sejam directamente imputados aos capitais próprios na rubrica de Outras variações, sob a forma de subsídio ao investimento, e reconhecidos em resultados, na mesma proporção e ao mesmo ritmo, que os activos assim



CIDADE EM ACÇÃO

SOCIEDADE DE DESENVOLVIMENTO E GESTÃO DE EQUIPAMENTOS URBANOS, S.A.

financiados. Em 31 de Dezembro de 2011, os fundos destinados para esse fim tiveram a seguinte movimentação associada ao imposto diferido:

	Subsidio ao investimento	Imposto diferido	Valor líquido
Fundos disponibilizados	979.381	186.082	
Transferência para resultados	(130.762)	(24.845)	
Saldo em 31 de Dezembro de 2011	<u>848.619</u>	<u>161.238</u>	<u>687.381</u>

12. Financiamentos obtidos

Em 31 de Dezembro de 2011, existia uma dívida com exigibilidade superior a um ano relacionada com o financiamento bancário que foi utilizado até ao montante máximo de 16.500.000 euros, vencendo juros à taxa anual Euribor de 6 meses, acrescida de uma margem de 1,75% pontos percentuais que será reembolsado em prestações semestrais de capital e juros, sucessivas e iguais. As obrigações emergentes deste financiamento estão garantidas pela consignação de receitas que a accionista Câmara Municipal de Ponta Delgada irá pagar pela cessão de exploração e pela atribuição de subsídios ao Parque Urbano e de todas as infra-estruturas conexas, conforme previsto no contrato – programa assinado em 16 de Junho de 2005.

A exigibilidade do empréstimo de médio e longo prazo resume-se como se segue (por anos):

Anos	Valor
2012	487.143
2013	537.143
2014	587.143
2015	637.143
2015 e seguintes	<u>13.427.143</u>
	<u>15.675.714</u>

Em 26 de Dezembro de 2011, a CIDADE EM ACÇÃO assumiu a posição contratual que era detida num contrato de locação financeira pela entidade que tinha assumido o compromisso de desenvolver a actividade de restauração no Parque Urbano. Para além desta cessão contratual que financiava equipamentos de cozinha no montante de 31.790 euros (Nota 7), serão adquiridos a essa entidade outros equipamentos que poderão ser avaliados em cerca de 15.000 euros.

Em 31 de Dezembro de 2011, o saldo total a pagar na aquisição desse equipamento foi classificado como um passivo corrente por não estar ainda totalmente definida a opção final desta operação, apesar da CIDADE EM ACÇÃO ter assumido todas as obrigações contratuais desse contrato de locação financeira, inclusivamente das rendas vencidas a partir de 10 de Julho de 2011 que totalizavam no final do ano o montante de 4.703 euros, incluindo os respectivos juros de mora (estes últimos serão assumido pelo anterior concessionário, no âmbito do processo de acerto de contas).

**13. Fornecedores e outras contas a pagar**

Em 31 de Dezembro de 2011 e de 2010 as rubricas de Fornecedores e Outras contas a pagar apresentavam a seguinte composição:

	2011	2010
Fornecedores		
Outros	<u>1.328</u>	<u>14.699</u>
Outras contas a pagar		
Fornecedores de imobilizado	-	30.287
Remunerações a liquidar	9.112	15.106
Juros a liquidar	11.436	248.316
Pessoal	-	5.028
Outros	7.359	6.140
Valores a regularizar	<u>650</u>	<u>-</u>
	<u>28.557</u>	<u>304.877</u>

14. Trabalhos para a própria empresa

Em 31 de Dezembro de 2010, os encargos capitalizados e integrados no custo do Parque urbano que entrou em exploração nesse ano totalizaram 320.753 euros.

15. Subsídios à exploração

Em 31 de Dezembro de 2011 e 2010, o saldo desta rubrica compreende exclusivamente o subsídio para compensação das despesas relacionadas com a actividade da CIDADE EM ACÇÃO. Os fluxos financeiros que asseguraram o equilíbrio financeiro não financiado pelos fundos gerados na actividade operacional são reconhecidos na rubrica de Juros e rendimentos similares obtidos e perfazem o montante de 438.185 euros (Nota 20).

16. Fornecimentos e serviços externos

Os Fornecimentos e serviços externos dos anos findos em 31 de Dezembro de 2011 e 2010 detalham-se conforme se segue:

	2011	2010
Trabalhos especializados	18.808	13.878
Honorários	1.382	5.861
Conservação e reparação	30.089	12.584
Ferramentas e utensílios de desgaste rápido	719	2.804
Electricidade	9.863	3.801
Combustíveis	6.864	2.818
Água	373	2.499

**CIDADE EM ACÇÃO**

SOCIEDADE DE DESENVOLVIMENTO E GESTÃO DE EQUIPAMENTOS URBANOS, S.A.

Deslocações e estadas
Outros

769	3.081
12.309	11.327
<u>81.175</u>	<u>58.653</u>

17. Gastos com o pessoal

Os gastos com o pessoal nos anos findos em 31 de Dezembro de 2011 e 2010 detalham-se conforme se segue:

	2011	2010
Remunerações dos órgãos sociais	51.910	75.388
Remunerações do pessoal	58.864	45.843
Encargos sobre remunerações	22.365	19.970
Seguros de acidentes de trabalho e doenças profissionais	916	708
Outros	1.450	1.021
	<u>135.505</u>	<u>142.930</u>

Em 31 de Dezembro de 2011, estavam sete trabalhadores ao serviço da CIDADE EM ACÇÃO (em 2010 - quatro trabalhadores).

18. Outros rendimentos e ganhos

Em 31 de Dezembro de 2011 e 2010, a rubrica de outros rendimentos e ganhos têm a seguinte composição:

	2011	2010
Rendimentos suplementares	17.022	80.886
Correcções relativas a exercícios anteriores	496	481
Outros	150	751
	<u>17.668</u>	<u>82.118</u>

19. Outros gastos e perdas

Em 31 de Dezembro de 2011 e 2010, a rubrica de outros gastos e perdas têm a seguinte composição:

	2011	2010
Impostos		
Directos - IMI	6.032	1.559
Indirectos	684	717
Taxas	203	17.141
	<u>6.919</u>	<u>19.417</u>
Outros	812	1.048
	<u>7.731</u>	<u>20.465</u>

**20. Juros e gastos similares**

Em 31 de Dezembro de 2011 e 2010 esta rubrica resume-se como segue:

	2011	2010
Juros suportados		
De financiamentos obtidos	528.158	447.893
De mora e compensatórios	1.706	66
Outros juros	-	7
Imposto selo sobre os juros	17.866	28.805
Outros	1	32
	<u>547.731</u>	<u>476.803</u>

Como indicado na Nota 15, os fluxos financeiros oriundos do orçamento municipal para assegurar o equilíbrio financeiro da CIDADE EM ACÇÃO no âmbito da sua actividade prestacional de natureza pública que foram destinado à actividade de financiamento foram reconhecidos na rubrica de Juros e rendimentos similares obtidos e perfazem o montante de 438.185 euros (Nota 20).

O TÉCNICO OFICIAL DE CONTAS

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

VII - Relatório e Parecer do Fiscal Único

**RELATÓRIO E PARECER
DO FISCAL ÚNICO**

Senhor accionista,

Em cumprimento dos preceitos legais e estatutários, e tendo examinado oportunamente o Relatório do Conselho de Administração, o Balanço, a Demonstração dos resultados por naturezas, a Demonstração das alterações no capital próprio, a Demonstração dos fluxos de caixa e o Anexo da **CIDADE EM ACÇÃO – Sociedade de Desenvolvimento e Gestão de Equipamentos Urbanos, S.A.** respeitantes ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2011, vem o Fiscal Único submeter a vossa apreciação o seu relatório e parecer.

1. No desempenho das funções que lhe são cometidas, o Fiscal Único procedeu com resultados satisfatórios e com a frequência e a extensão que entendeu necessárias, a uma revisão geral dos procedimentos contabilísticos e a outros elementos comprovativos.
2. O Fiscal Único acompanhou, com a devida regularidade, a gestão da actividade da CIDADE EM ACÇÃO tendo obtido do Conselho de Administração todos os elementos, esclarecimentos e informações necessários ao cumprimento das funções que lhe competem.
3. O Fiscal Único considera que o Relatório de gestão foi elaborado em conformidade com os parâmetros referidos no artigo 66º do Código das Sociedades Comerciais, indicando de forma clara a evolução passada e previsível dos negócios da CIDADE EM ACÇÃO.
4. O Fiscal Único considera que as demonstrações financeiras satisfazem os preceitos legais e estatutários e reflectem a posição dos registos contabilísticos no fecho do exercício.
5. As políticas contabilísticas adoptadas na preparação das contas são as constantes do Anexo às demonstrações financeiras e correspondem à correcta avaliação do património social e estão em conformidade com os requisitos legais
6. Em face do que antecede, somos de parecer que:

- (a) Aproveis o Relatório, o Balanço, a Demonstração dos resultados por naturezas, a Demonstração das alterações no capital próprio, a Demonstração dos fluxos de caixa e o Anexo preparados pelo Conselho de Administração com referência ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2011, e
- (b) Aproveis a proposta do Conselho de Administração sobre a aplicação de resultados do exercício.

Ponta Delgada, 20 de Março de 2012



UHY & ASSOCIADOS, SROC, LDA.
representada por Manuel Luís Fernandes Branco (ROC nº 652)

VIII - Certificação Legal de Contas

CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS



Introdução

1. Examinámos as demonstrações financeiras anexas da **CIDADE EM ACÇÃO – Sociedade de Desenvolvimento e Gestão de Equipamentos Urbanos, S.A.** as quais compreendem o Balanço em 31 de Dezembro de 2011 (que evidencia um total de balanço de 16.700.996 euros e um total de capital próprio de 802.370 euros, incluindo um resultado líquido de 28.712 euros), a Demonstração dos resultados por naturezas, a Demonstração das alterações no capital próprio, a Demonstração dos fluxos de caixa do exercício findo naquela data e o Anexo.

Responsabilidades

2. É da responsabilidade do Conselho de Administração a preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira da Empresa, o resultado das suas operações, as alterações no seu capital próprio e os fluxos de caixa, bem como a adopção de políticas e critérios contabilísticos adequados e a manutenção de um sistema de controlo interno apropriado.
3. A nossa responsabilidade consiste em expressar uma opinião profissional e independente, baseada no nosso exame daquelas demonstrações financeiras.

Âmbito

4. O exame a que procedemos foi efectuado de acordo com as Normas Técnicas e Directrizes de Revisão/Auditoria da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, as quais exigem que o mesmo seja planeado e executado com o objectivo de obter um grau de segurança aceitável sobre se as demonstrações financeiras estão isentas de distorções materialmente relevantes. Para tanto o referido exame incluiu: (i) a verificação, numa base de amostragem, do suporte das quantias e divulgações constantes das demonstrações financeiras e a avaliação das estimativas, baseadas em juízos e critérios definidos pelo Conselho de Administração, utilizadas na sua preparação; (ii) a apreciação sobre se são adequadas as políticas contabilísticas adoptadas e a sua divulgação, tendo em conta as circunstâncias; (iii) a verificação da aplicabilidade do princípio da continuidade; e (iv) a apreciação sobre se é adequada, em termos globais, a apresentação das demonstrações financeiras.

5. O nosso exame abrangeu também a verificação da concordância da informação financeira constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras.
6. Entendemos que o exame efectuado proporciona uma base accitável para a expressão da nossa opinião.

Opinião

7. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras referidas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspectos materialmente relevantes, a posição financeira da **CIDADE EM ACÇÃO – Sociedade de Desenvolvimento e Gestão de Equipamentos Urbanos, S.A.** em 31 de Dezembro de 2011, o resultado das suas operações, as alterações no seu capital próprio e os fluxos de caixa no exercício findo naquela data, em conformidade com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal.

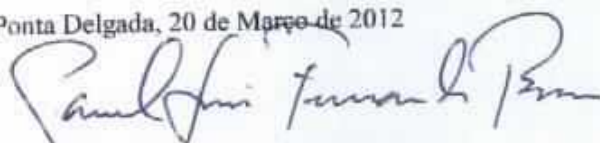
Relato sobre outros requisitos legais

8. É também nossa opinião que a informação constante do relatório de gestão é concordante com as demonstrações financeiras do exercício

Ênfase

9. Sem afectar a opinião expressa no parágrafo 7 acima, chamamos a atenção para o facto de que os investimentos de rentabilidade não assegurada directamente realizados ou realizados por parceiros privados terão de ser financiados pelo accionista que, através de subsídios à exploração e ao investimento ou, inclusivamente, dotações de capital, manterá o equilíbrio anual dos fluxos da actividade operacional e de financiamento e, consequentemente, a continuidade das operações da Empresa, a realização dos seus activos e a liquidação dos seus passivos.

Ponta Delgada, 20 de Março de 2012



UHY & ASSOCIADOS, SROC, LDA.
representada por Manuel Luís Fernandes Branco (ROC nº 652)